

Telejornalismo, o Padrão Globo de Qualidade e a falta de diversidade: Uma análise da presença de jornalistas pretos no *Jornal Nacional* em 2010 e 2020¹

Leonardo Emerson da Silva SOUZA²
Graduando
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Mayra Regina COIMBRA³
Mestra
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Marina Alvarenga BOTELHO⁴
Mestra
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

RESUMO: No Brasil, de acordo com dados do IBGE de 2020, 54% da população brasileira é autodeclarada preta ou parda. Hoje, discute-se a inserção dos pretos na sociedade e na própria mídia. Criou-se leis contra o racismo e a injúria racial, que são avanços em termos de cidadania, mas há muito a avançar. No mercado de trabalho, na política ou em qualquer outro campo social, os pretos e pardos estão subrepresentados ou não tem qualquer tipo de presença. Trata-se do racismo estrutural (Costa, 2015). O artigo analisa a presença ou a falta de pretos e pardos no telejornalismo brasileiro, tomando como objeto de análise o *Jornal Nacional* – o telejornal de maior audiência do país a partir do debate sobre o Padrão Globo de Qualidade (Rezende, 2000; Gomes, 2011; Oliveira et al, 2018, 2021). Realizou-se uma análise a partir de recorte das edições de 2010 e 2020 a fim de verificar se houve mudanças sobre a inserção de pretos no telejornalismo da Globo.

PALAVRAS-CHAVE: História da Mídia Audiovisual; Telejornalismo; Jornal Nacional; Pretos e Pardos; Diversidade;

Introdução

No Brasil, a população preta e parda é subrepresentada nas esferas de poder, mas super-representada nos espaços e contextos de pobreza e violência. Esta segregação clara entre pretos e brancos é reflexo do racismo estrutural presente na sociedade brasileira desde o período escravocrata. Esta realidade ainda influencia nos diversos campos sociais,

¹ Trabalho apresentado ao GT História das Mídias Audiovisuais do XIII Congresso Nacional de História da Mídia, realizado pela Faculdade de Comunicação Social (FACOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Graduando em Comunicação Social pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). E-mail: leoemerson@gmail.com

³ Doutoranda e Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mayracoimbra@gmail.com

⁴ Docente substituta do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: inabotelho@gmail.com

inclusive no telejornalismo nos dias de hoje, em que a maioria dos jornalistas e fontes é branca. Segundo Censo realizado em 2020 pelo IBGE, 54% da população brasileira é autodeclarada preta ou parda. Mas este número é desproporcional à inserção e representação em diversos setores. Sentir-se e ver-se integrado, ainda que o país seja considerado miscigenado e não racista, é um desafio para os pretos e pardos.

Esta parcela da população aparece menos na televisão, sobretudo no telejornalismo ocupando as bancadas e noticiando os fatos. Ou seja, esta etnia não é, de forma alguma, satisfatoriamente representada neste meio de comunicação para que ele reflita a diversidade racial brasileira. Não obstante, os poucos pretos e pardos à frente do telejornalismo brasileiro são vistos como símbolos de uma falsa e superficial inclusão para eliminar as evidências de um espaço racista e segregado. A partir da constatação sobre a condição de sub-representação dos pretos no telejornalismo, surge a necessidade de darmos atenção à problematização em torno da TV, sobretudo o de maior audiência e maior emissora brasileira. Com que frequência os jornalistas pretos e pardos aparecem na bancada do *Jornal Nacional*?

O objetivo deste artigo é, portanto, investigar sobre a representação dos pretos no *Jornal Nacional*, veiculado pela Rede Globo. Vamos constatar que, comparada à presença do branco, a dos pretos e pardos, nos referidos telejornais, é menor, praticamente inexistente, e desqualificadora em seu discurso como um espaço democrático e diverso, que, quando acontece, é de forma pontual. Como base teórica, discute o racismo estrutural (Costa, 2015; Acevedo & Trindade, 2011; Sodré, 2015) e mídia, telejornalismo e Padrão Globo de Qualidade (Kellner, 2001; Rezende, 2000; Oliveira *et al*, 2018, 2021).

Quanto à análise, realizamos uma pesquisa quantitativa, na qual foram analisadas edições do *Jornal Nacional* em 2010, no período de 11 a 16 de janeiro de 2010, quando repercutiu o terremoto no Haiti, que matou 300 mil pessoas no país; e seis edições do *Jornal Nacional* em 2020, num período de 18 a 23 de janeiro de 2020. A escolha foi aleatória, tendo em vista que o objetivo é verificar qual é a presença de jornalistas pretos – seja como apresentadores ou repórteres – o período do ano não interfere. Identificou-se uma falta de representação e que, ao longo dos anos, apesar do avanço das pautas identitárias, os pretos continuam excluídos do jornal de maior audiência da Globo. Verificou-se, de forma complementar, a questão da regionalidade, porque também observou-se uma concentração dos repórteres em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e, no caso dos correspondentes, nos Estados Unidos, comprometendo, também, a diversidade regional.

Breve análise sobre o preconceito contra os pretos na mídia

É histórica a luta que os pretos travam na sociedade brasileira para conseguir se inserir no mercado de trabalho e ter o mesmo reconhecimento que os brancos. A pouca representação na política, no mercado de trabalho e na mídia limitam o espaço de debate e reparação das desigualdades étnico-raciais causadas pela escravidão. Zilda Martins (2011) analisa como a população preta ainda não está incluída nos esquemas de poder no Brasil, seja nas esferas política, midiática ou acadêmica. Ademais, a autora também discute a importância da indagação sobre o tempo que os pretos e pardos deverão esperar para, de fato, obter o direito a uma participação plena na vida nacional.

Uma pesquisa feita pelas jornalistas Claudia Acevedo e Luiz Trindade (2011), com base em 27 jornais de canal aberto e 65 apresentadores, revelou que os jornalistas pretos representam só 6,15% dos profissionais que atuam na televisão, enquanto a participação dos brancos chega a 93,85%. A predominância das pessoas de pele clara no telejornalismo é tida como referências do padrão, criando uma resistência contra os não brancos nesses espaços. Araújo, *apud* Acevedo & Trindade (2011), reitera que esse processo constitui uma “hiper representação racial”.

Sodré (2015) discorre sobre como um dos fatores do racismo midiático é a indiferença profissional. O autor afirma que a mídia não se preocupa em discutir a discriminação racial, devido à falta de sensibilidade dos jornalistas sobre tema. Sodré constata que a presença de jornalistas pretos é menor nos meios de comunicação e, quando conseguem um emprego, são colocados em funções com pouca visibilidade.

Em contrapartida, dados do Questionário de Avaliação Econômica da Fuvest em 2008 apontam que a participação dos pretos cresceu no curso de jornalismo em São Paulo. Em 2000, o número de alunos pretos e pardos matriculados em Jornalismo da Fuvest era de 10,5%, e, em 2008, passou para 21,2%. Vale ressaltar que esses dados não representam a realidade de todas as universidades brasileiras, embora ilustrem como as políticas de cotas raciais têm permitido uma maior diversidade na área acadêmica. Ainda que os números não sejam o ideal, é nítido o aumento desses estudantes se graduando na área de comunicação, mas ainda sem um acompanhamento do aumento na participação deles na televisão.

Para além da participação ativa na construção das notícias, enquanto jornalistas, os pretos e pardos são privados de uma visibilidade que os tire de um contexto de pobreza ou violência. As mulheres pretas enfrentam barreiras maiores devido à cor e ao gênero em uma

sociedade machista e racista. Sara Portal (2016) realizou um estudo sobre a representação da mulher preta no telejornalismo e analisou como os espectadores afirmaram preferir as mulheres brancas com cabelo liso na apresentação das notícias. Ao questionar as jornalistas brancas, a autora notou como o mito da democracia racial impede que se reconheça o racismo. Sodré (2015) complementa que a mídia tende a negar a existência do racismo.

Kátia da Costa (2015) reitera como o processo de seleção do que será mostrado na televisão prefere a cor branca, incluindo as pessoas pretas na falácia de uma minoria racial. Segundo a autora, tornou-se natural transferir os pretos e pardos para uma classificação de grupo minoritário, não no sentido quantitativo, mas qualitativo. Para Sodré (2005), a atual noção de minoria está relacionada à possibilidade de terem voz ativa ou intervenção nas instâncias de poder. Ademais, o autor pontua que as mulheres, os pretos, pardos e homossexuais se encaixam nesse conceito. As minorias representam lugares de ação humana “onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (SODRÉ: 2005, p. 12) em um contexto contra hegemônico.

Representatividade, visibilidade e *tokenismo*

A construção das identidades e das representações sociais na sociedade contemporânea se dá, preferencialmente, na instância midiática. Douglas Kellner (2001) afirma que a identidade na sociedade contemporânea é cada vez mais mediada pela mídia, que por meio de suas imagens fornece moldes e ideais para a formação da identidade pessoal. Segundo o autor, para se discutir as questões identitárias na atualidade é necessário levar em conta os conteúdos midiáticos, principalmente do cinema, da música e da televisão. Neste sentido, a cultura da mídia, por meio das suas imagens e figuras, cria ferramentas de identificação e reprodução de comportamentos.

Na verdade, a cultura da mídia reproduz as lutas e os discursos sociais existentes, expressando os meios e os sofrimentos da gente comum, ao mesmo tempo que fornece material para a formação de identidades e dá sentido ao mundo. Quando os membros dos grupos oprimidos têm acesso à cultura da mídia, suas representações muitas vezes articulam visões outras da sociedade e dão voz a percepções mais radicais. No entanto, a crítica diagnóstica também se interessa pelas limitações dessas obras na defesa dos interesses dos oprimidos (KELLNER, 2001, p.203).

Kellner (2001) ressalta a maneira como as imagens estão presentes nos veículos de massa, sendo capazes de influenciar a sociedade e levando a crer que a identidade cultural é constituída, em parte, pelas imagens icônicas de heróis étnicos, emblemas de identidade e

forças de divisão entre as raças. A partir da análise do filme “Faça a Coisa Certa”, de Spike Lee, o autor diz que a cultura da mídia é um espaço de luta, em que os indivíduos escolhem seus próprios significados culturais e estilos, em um sistema que inevitavelmente envolve a afirmação de alguns emblemas identitários e a rejeição de outros.

As instituições sociais individualizam as pessoas com números: da seguridade social, das relações de consumidores, dos bancos de dados, da polícia, dos registros acadêmicos etc., mas criar identidade própria significa recusar-se a ser definido por essas determinações e optar por outras formas de identificação. A cultura da mídia fornece recursos apropriados à produção de significados pelo público, à criação de identidades.

De acordo com Bauman (2008), na contemporaneidade todos os princípios, valores, costumes e sentidos tradicionais perderam sua solidez, tornando-se voláteis e líquidos. Diante da fragilidade dos pontos de referência, as identidades apresentam-se, na verdade, enquanto afirmações identitárias, construídas e reconstruídas dentro do discurso e sendo adotadas ou descartadas como uma espécie de roupa social. O autor afirma que há uma busca constante e frenética por identidade ou identificações. Assim, Bauman propõe que, em vez de se falar em identidades herdadas ou adquiridas, seria mais coerente o uso do termo identificação, o qual denota uma atividade sempre incompleta, que nunca termina e na qual todos, por escolha ou necessidade, estariam engajados.

Frutos desse contexto líquido e globalizado, a ausência de âncoras sociais e fronteiras culturais e a crise nas instituições e identidades tradicionais levam a uma carência subjetiva, a uma busca por algo para se identificar. Nessa conjuntura, a mídia aparece como grande difusora de valores, práticas, costumes e estéticas. Seus conteúdos, repletos de arquétipos e estereótipos, despontam como modelos atraentes para serem incorporados e ressignificados. A cultura da mídia proporciona alegorias sociais que expressam receios, aspirações e esperanças de muitos grupos sociais. Seus conteúdos populares inspiram-se em sentimentos e experiências de seu público-alvo, retratando-os e difundindo efeitos materiais que modelam pensamentos e comportamentos.

A cultura da mídia põe à disposição imagens e figuras com as quais seu público possa identificar-se, imitando-as. Portanto, ela exerce importantes efeitos socializantes e culturais por meio de seus modelos de papéis, sexo e por meio das várias posições de sujeito que valorizam certas formas de comportamento e modos de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos (KELLNER, 2001, p. 307).

De acordo com Stuart Hall (2009), as identidades são posições impostas aos sujeitos, construídas por representações e a partir de pontos de “saturação” moldados pelas

práticas políticas e discursivas. As identidades surgem das relações de poder e se tornam um produto de marcação da diferença e exclusão dos signos, não uma unidade idêntica naturalmente constituída.

O resultado de uma bem sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso. [...]. As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir embora “sabendo”, sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas idênticas – aos processos de sujeito que são nela investidos. (HALL, 2009, p. 112).

Não obstante, a identidade também é formada a partir das relações com o outro, as experiências e ensinamentos adquiridos ao longo da vida. Como afirma Hall (2006, p. 11), “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esse mundo oferece.”

Para Collins (2000), é preciso levar em consideração que gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão subjacentes à uma única estrutura de dominação. Ademais, uma simples comparação entre os sistemas de opressão é prejudicial, devido ao risco de hierarquizar as formas de opressão que são, em último caso, completamente interligadas umas às outras. Neste sentido, a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002) discute o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

Segundo Rodrigues (2013), o conceito de interseccionalidade, tal como foi originalmente formulado, permite a visibilidade de múltiplas formas de pertencer a um grupo sem cair no reducionismo de um denominador comum e, conseqüentemente, em um relativismo que transforme as diversas formas de opressão em apenas um objeto de disputa discursiva. Collins (1998, p.201) estimula a não perder de vista que “o posicionamento de um grupo em meio a relações de poder hierárquicas produz um desafio compartilhado pelos indivíduos destes grupos”. Ou seja, as estratégias individuais precisam ser compreendidas para que não se perca de vista como a opressão afeta a coletividade.

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes

eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Para Hirata (2014), a interseccionalidade é um instrumento de luta política, pois é uma das formas de combater as múltiplas e imbricadas opressões. Não obstante, Collins (2014) reitera que a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, “projeto de conhecimento” e uma arma política. Assim, enquanto as representações na mídia buscarem homogeneizar os grupos sociais desconsiderando as especificidades presentes em cada indivíduo, a crise de identificação e a manutenção dos estereótipos e preconceitos permanecerão sendo considerados como expressão do real.

No entanto, como forma de se posicionar como um ambiente diverso e democrático os telejornais adotam “tokens” — uma inclusão simbólica e superficial de determinados grupos minoritários — para eliminar as evidências de um espaço racista e segregado. Martin Luther King (1962) salienta que esse processo não consiste em um esforço real para incluir as minorias e dar-lhes os mesmos direitos e poderes do grupo dominante. Segundo o autor, o “tokenismo” é uma prática recorrente nos meios em que as opressões estruturais, de raça e gênero são alvo de um trabalho crítico de conscientização e reivindicação para que os grupos minoritários consigam acessar direitos que lhe são negados, concentrando nas mãos de poucos o que pode ser denominado de privilégio social. Isso ocorre, por exemplo, quando a jornalista Maria Júlia Coutinho ganha notoriedade no telejornalismo da Globo e a passa-se a perceber os pretos como contemplados.

Para os pesquisadores Michael Hogg e Graham Vaughan (2008), a definição de tokenismo é a de outra forma de discriminação, já que torna pública pequenas ações de aparente valorização de determinado grupo minoritário. Esses atos relativamente pequenos ou triviais normalmente aparecem como resposta a acusações de preconceito e tratam-se de justificativas para evitar atos mais positivos e significativos.

Ao invés de políticas públicas universalistas que efetivassem direitos sociais para as camadas vulneráveis da população, propunha-se “um lugar na mesa” (“a seat at the table”) para uma parcela minúscula de seus representantes. Assim, o “tokenismo” político – como prática de recrutamento de um pequeno número de indivíduos pertencentes a comunidades sub-representação em esferas de poder – visava dar a aparência de ascensão social de grupos inteiros e de incorporação de suas demandas pelo establishment (ANDRADE, 2020, p. 85).

Telejornalismo, Padrão Globo de Qualidade e *Jornal Nacional*

Para Arlindo Machado (2003), é incontestável o papel que a televisão tomou como um dos mais importantes veículos de massa com influência na sociedade moderna. Não obstante, é por meio dela que a civilização pode expressar os seus próprios anseios, dúvidas, crenças, descrenças etc. Mas, para Muniz Sodré (2010), a televisão não cumpre o seu papel como um meio tão democrático quanto se propõe, pois a ideologia transmitida por ela dialoga, sobretudo, com as classes dominantes que exercem controle do Estado.

Atualmente, a TV já não é tão dominante, pois os formatos e conteúdos presentes nas mídias virtuais agora têm influência nas narrativas televisivas. No Brasil, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados em 2019, revela que a televisão é a principal fonte de informação de 67% dos brasileiros com mais de 60 anos, contra 40% na faixa entre 16 e 29 anos. Esses dados não indicam o fim da televisão, já que as mídias tradicionais e digitais coexistem e reinventam a comunicação.

Com a ruptura da crença de que o público era passivo frente às notícias veiculadas, hoje já existe uma nova perspectiva sobre os estudos de recepção do conteúdo a partir de quem assiste. Para Becker (2005), as interpretações sobre o como o receptor vai reagir a determinado noticiário vão depender das ideologias, valores e cognição dele, ou seja, variam de acordo com o contexto sociocultural e cognitivo. Dessa forma, uma notícia pode ser interpretada de diferentes formas pelos diferentes públicos de um telejornal.

Devido à grande audiência e qualidade técnica, o *Jornal Nacional* é tido como um demonstrativo do jornalismo televisivo brasileiro e produziu um conceito de jornalismo com um padrão definido, geralmente seguido por telejornais de outras emissoras. Rezende (2000) afirma que o Padrão Globo de Qualidade no telejornalismo diz respeito à ênfase que é dada nas formas estéticas em detrimento de um conteúdo mais aprofundado e crítico – que acaba sendo uma abordagem mais superficial dos fatos.

Santos (2011) explica que o Padrão Globo de Qualidade foi construído a partir de alguns pilares: (a) organização centralidade e padronizada dos programas, com prioridades nas telenovelas e telejornais, como prevalece até hoje; (b) produção em fluxo – cenografia e figurinos; (c) fórmula sanduíche – os telejornais são inseridos entre as telenovelas; (d) rede nacional alinhadas com as mais de 120 afiliadas da Globo espalhadas por todo o país; (e) programação vertical – com uma programação que se estende hoje por 24 horas e programação horizontal – com programas seriados (novelas, seriados e *reality show*, por

exemplo). Isso explica, de certa forma, o padrão na escolha em termos de etnias, raças, tipos físicos, o que tem sérias implicações sobre a diversidade. É possível pensar na inserção de jornalistas gordos, de etnias diferentes, de estaturas muito diferenciadas (muito alto, muito baixo), que sejam assumidamente gays, lésbicas (que se manifestem, inclusive, em suas redes sociais), de raças (a resistência em ter, de fato, uma representatividade de apresentadores e repórteres pretos, numa população de maioria preta e/ou parda) no Padrão Globo de Qualidade?

Becker (2005) explica que os telejornais não formam um discurso hegemônico, pois eles apenas fornecem informações para o telespectador, embora elas não cheguem completamente ordenadas e elaboradas ao público. “É no espaço simbólico dos noticiários que [...] acompanhamos, julgamos e construímos o cotidiano da nação, sob e sobre o olhar dos âncoras, repórteres e editores” (BECKER, 2005, p.48).

Tal construção é incompleta, uma vez que a participação dos jornalistas pretos nas emissoras de televisão com canal aberto continua mínima, enquanto os brancos permanecem sendo maioria na construção do discurso. Dessa forma, a falta de diversidade étnico-racial no telejornalismo representa um impasse na construção e representação de uma sociedade democrática, já que os afrodescendentes (54% da população) não se veem nesse espaço e não se sentem representados. A autora Zilda Martins (2011) acrescenta que o apagamento dos pretos na mídia acontece também no impresso, não apenas na televisão.

No Brasil, o *Jornal Nacional*, produzido e exibido pela Rede Globo há 51 anos, é o telejornal com maior audiência da televisão aberta. A programação do *JN* é transmitida de segunda a sábado e seus âncoras são William Bonner e Renata Vasconcellos. Sua duração é de aproximadamente uma hora, exceto às quartas-feiras, quando ocorrem os jogos de futebol, e a programação dura, em média, 35 minutos. O *JN* possui um caráter mais sério do que os demais telejornais da manhã e da tarde, veiculando principalmente matérias relacionadas a economia, política e internacional.

Valente (1987, p. 27) diz que “não existe; é irreal a igualdade de raças no Brasil [...]”. O mito da democracia racial tem como objetivo esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma ideia mais ‘bonitinha’ para a sociedade”. Essa falsa ideia de democracia racial é pautada, também, pelos meios de comunicação, sobretudo pelo telejornalismo brasileiro. Atualmente, dentre os meios de comunicação, a mídia televisiva é um dos maiores transmissores de conteúdo e informação, considerando que seu alcance é maior do que o da internet. É, portanto, uma importante produtora de sentido.

Análise das edições do *Jornal Nacional* de 2010 e 2020

Foram analisadas seis edições de 2010 (11 e 16 de janeiro de 2010) e 06 edições do *Jornal Nacional* (18 a 23 de janeiro de 2020), transmitidas pela Rede Globo. Para este artigo, foram considerados todos os jornalistas que apresentaram os telejornais e os repórteres que apareceram nas matérias. Nas seis edições de cada telejornal, foram registradas a presença de apresentadores no *Jornal Nacional* – Chico Pinheiro e Renata Vasconcelos em 2010 (estavam substituindo Fátima Bernardes e William Bonner no período de férias); e Renata Vasconcelos e Willian Bonner (em cinco edições de 2020) e Ana Paulo Araújo e Hélder Duarte (1 edição – no sábado) em 2020.⁵

Quanto aos repórteres que apareceram, em 2010, foram 20 jornalistas que atuaram na reportagem, sendo quatro correspondentes nos Estados Unidos, em função da cobertura do terremoto no Haiti. A Globo mobilizou a equipe e enviou a repórter Lília Telles e o repórter Rodrigo Alvarez para Porto Príncipe, capital do Haiti, que fizeram notícias diretas da cidade, mostrando a tragédia causada pela catástrofe que deixou 300 mil mortos no país. Dos 20 jornalistas, apenas uma jornalista era preta. Em 2020, das seis edições, foram 24 repórteres mobilizados ao longo da semana e nenhum repórter preto.

QUADRO 1
Participação dos jornalistas pretos no *Jornal Nacional* (11 a 16 de janeiro de 2010)

Função	Jornalista	Regionalidade	Cor
1. Apresentador	Chico Pinheiro	Rio de Janeiro – RJ	Branca
2. Apresentadora	Renata Vasconcelos	Rio de Janeiro – RJ	Branca
3. Correspondente	Giuliana Morrone	Nova York – EUA	Branca
4. Correspondente	Rodrigo Alvarez	Nova York – EUA	Branca
5. Repórter Afiliada	Karen Schmidt	Lorena – SP	Branca
6. Repórter	Poliana Abritta	Brasília – DF	Branca
7. Repórter Afiliada	Dulcinéia Neves	Curitiba - PR	Preta
8. Repórter	Tonico Ferreira	Rio de Janeiro – RJ	Branca
9. Repórter	Cristina Serra	Brasília – DF	Branca
10. Repórter – Enviada	Lília Telles	Porto Príncipe – Haiti	Branca
11. Correspondente	Luís Fernando Silva Pinto	Washington – EUA	Branca
12. Repórter do Tempo	Flávia Freitas	São Paulo – SP	Branca
13. Repórter	Renato Ribeiro	Rio de Janeiro – RJ	Branca
14. Repórter	Paulo Renato Soares	Rio de Janeiro – RJ	Branca
15. Repórter	George Guilherme	Rio de Janeiro – RJ	Branca
16. Repórter	José Roberto Burnier	São Paulo – SP	Branca

⁵ Foram descartadas desta soma as aparições repetidas dos jornalistas.

17. Repórter	Edney Silvestre	Rio de Janeiro – RJ	Branca
18. Repórter	Monalisa Perrone	São Paulo – SP	Branca
19. Repórter	Júlio Mosquera	Brasília - DF	Branca
20. Correspondente	Flávio Fachel	Nova York – EUA	Branca
21. Repórter	Sandra Passarinho	Rio de Janeiro - RJ	Branca
22. Repórter	Verônica Perusko	São Paulo - SP	Branca

Fonte: Dos autores, 2021.

Na semana analisada, no período de 11 a 16 de janeiro de 2010, o destaque foi terremoto no Haiti, ocorrido no dia 12 de janeiro, que deixou mais de 300 mil mortos e 300 mil feridos, uma tragédia sem precedentes, num país já com os piores indicadores sociais. O *Jornal Nacional* mostra a destruição na capital Porto Príncipe e a situação de desespero dos sobreviventes – a maioria da população é preta. As imagens do caos, da destruição, do sofrimento chocam. Há um contraste dos personagens que aparecem nas imagens – pretos e pardos vítimas das mazelas sociais e da catástrofe – e a cobertura sofisticada do Padrão Globo de Qualidade, em que os repórteres são brancos. O repórter Rodrigo Alvarez faz a cobertura num helicóptero, e a repórter Lilia Telles foi enviada para cobrir direto de Porto Príncipe, mas não há fontes pretas, que passam a ser apenas personagens anônimos em meio ao caos.

Como havia muitos brasileiros enviados ao Haiti em missão do Exército, houve uma cobertura junto a familiares no Brasil. Foram entrevistados familiares em Lorena - SP e em Resende – RJ. E, em Curitiba, houve a cobertura da repercussão da morte da médica e pediatra Zilda Arns, vítima também do terremoto. Foi feita a cobertura da repercussão em Brasília. Os demais dias tiveram notícias trazendo a repercussão da tragédia no Haiti, de 13 a 16, com basicamente os mesmos repórteres e correspondentes. Quanto às outras notícias, a rede noticiosa, conforme Oliveira *et al* (2021), é focada em fontes primárias e há uma ordem no espaço. Estão geograficamente localizadas em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que fazem a cobertura de determinadas instituições. Do total de 20 jornalistas, temos sete do Rio de Janeiro (35%), quatro de São Paulo (20%), quatro correspondentes (20%), 3 de Brasília (15%). Quanto à representatividade preta, é de apenas 5%, com o agravante de se tratar de uma repórter de afiliada e não está em rede nacional sempre.

O Padrão Globo de Qualidade, como apontam Rezende (2000) e Santos (2011), se faz evidente ao privilegiar um padrão estético numa cobertura com imagens impactantes, mas pouco aprofundadas. Pode-se inferir que escolhas editoriais como essa podem trazer imediatismo e choque, com grande apelo visual, mas com pouca crítica ou propostas reflexivas. Um outro tipo de abordagem, por exemplo, poderia problematizar o que leva as

sociedades a tantas desigualdades e fazem com que países como Haiti vivam em condições tão desumanas. Como veremos a seguir, nas edições de 2020, o quadro de jornalistas da Globo, permanece pouco alterado.

QUADRO 2
Participação dos jornalistas pretos no *Jornal Nacional* (18 a 23 de janeiro de 2020)

Função	Jornalista	Regionalidade	Cor
1. Apresentador	William Bonner	Rio de Janeiro – RJ	Branca
2. Apresentadora	Renata Vasconcelos	Rio de Janeiro – RJ	Branca
3. Repórter	Alan Severiano	São Paulo – SP	Branca
4. Repórter	Vladimir Netto	Brasília – DF	Branca
5. Correspondente	Ismar Madeira	Nova York – EUA	Branca
6. Correspondente	Tiago Eltz	Nova York – EUA	Branca
7. Repórter	Walace Lara	São Paulo – SP	Branco
8. Repórter	Júlio Mosquera	Brasília - DF	Branca
9. Repórter	Eric Faria	Rio de Janeiro – RJ	Branca
10. Repórter	Delis Ortiz	Brasília – DF	Branca
11. Repórter Afiliada	Daniela Abranches	Manaus – AM	Branca
12. Repórter	Débora Rodrigues	Belém – PA	Branca
13. Correspondente	Pedro Vedova	Londres – Inglaterra	Branca
14. Repórter	Paulo Renato Soares	Rio de Janeiro – RJ	Branca
15. Repórter	Fábio Turci	São Paulo – SP	Branca
16. Repórter	Graziela Azevedo	São Paulo – SP	Branca
17. Repórter	Geiza Duarte	Brasília – DF	Branca
18. Correspondente	Carlos Gil	Tóquio – Japão	Branca
19. Repórter	Pedro Bassan	Rio de Janeiro	Branca
20. Repórter	Cláudio Bomtempo	Brasília – DF	Branca
21. Correspondente	Bianca Rotier	Zurique – Suíça	Branca
22. Repórter Tempo	Anne Lottermann	São Paulo – SP	Branca
23. Repórter	Bruno Tavares	São Paulo – SP	Branca
24. Repórter	Diego Haidar	Rio de Janeiro – RJ	Branca
25. Repórter	Carol Barcelos	Rio de Janeiro – RJ	Branca
26. Repórter Afiliada	Viviane Possato	Belo Horizonte - MG	Branca

Fonte: Dos autores, 2021

O Quadro 2 confirma e evidencia que, passados 10 anos, a situação torna-se ainda mais preocupante, do ponto de vista da representatividade das minorias no campo jornalístico, já que, dos quatro apresentadores e 24 repórteres, não há nenhum preto. A única apresentadora preta, de grande visibilidade hoje na Globo, é Maria Júlia Coutinho, que apresenta o *Jornal Hoje*. Mesmo sendo importante a ascensão da jornalista e a sua representatividade, ao verificar os dados, verifica-se que se trata de um caso bem atípico.

Da mesma forma, têm-se problemas de representatividade regional. A concentração é em notícias de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, como já tinha sido verificado em 2010. Conforme apontam Oliveira *et al* (2021), há, de fato, uma dependência das fontes e

uma organização burocrática que faz com que os jornais criem uma relação viciada com as estruturas primárias que são as instituições oficiais. Reproduzem, assim, relações de poder hegemônicas e não abrem espaços para vozes contra hegemônicas (Oliveira et al, 2021). Os dados de 2020 apontam que, na organização dos jornalistas, quanto à rede noticiosa, temos seis repórteres no Rio de Janeiro (25%), cinco tanto em São Paulo quanto Brasília e Correspondentes – (21% para cada). Fora destes eixos hegemônicos, aparece uma repórter em Manaus (AM), uma em Pará e uma em Belo Horizonte, todas são de afiliadas, ou seja, são aparições circunstanciais, por não serem jornalistas que possuem relevância nacional frequente.

QUADRO 3

Distribuição dos Jornalistas quanto à representatividade de raça e quanto à região no JN

Região	N. Jornalistas	Percentual	Preto (as)	Percentual
Rio de Janeiro (RJ)	13	27,05%	0	0
Correspondentes	09	18,75%	0	0
São Paulo	09	18,75%	0	0
Brasília	09	18,75%	0	0
Apresentadores (RJ)	03	6,25%	0	0
Belo Horizonte (MG)	01	2,09%	0	0
Manaus (AM)	01	2,09%	0	0
Belém (PA)	01	2,09%	0	0
Curitiba (PR)	01	2,09%	1	2,09%
Porto Príncipe	01	2,09%	0	0
TOTAL	48	100,00%	1	2,09%

Fonte: Dos autores, 2021

A partir dos dados, pode-se afirmar que a desigualdade de oportunidades presente no *Jornal Nacional*, ao longo das duas semanas analisadas, mostra a aparição de apenas uma jornalista preta em 2010, mesmo assim sendo uma jornalista de emissora afiliada. São, no total, em 2010, 2 apresentadores e 20 jornalistas (22 no total) e, em 2020, 4 apresentadores e 24 repórteres (28 no total). Ou seja, num universo de 50 jornalistas, temos apenas uma jornalista preta – 2%. De acordo com Censo do Brasil de 2010, 43,4% da população do Brasil se declara parda e 7,5 como preta. Sabemos que estes números estão defasados e trazem distorções, já que os pretos representam uma parcela bem mais significativa.

Esta invisibilidade demonstra o racismo estrutural. Essa exclusão que não necessariamente segue a proporcionalidade perpetua as desigualdades raciais e de gênero, pela falsa representatividade nos espaços de poder de decisão, perpetuando a marginalização dos grupos minoritários. Na adoção de “tokens”, como no caso da jornalista Maria Júlia Coutinho no *Jornal Hoje* e, esporadicamente no *Jornal Nacional*, pode levar as

peessoas a acreditarem que a diversidade está presente e que o racismo não precisa mais ser combatido. A TV é tida como um dos maiores meios de produção de sentido, sobretudo pelo papel exercido pelo telejornalismo. Assim, é necessário que se compreenda e se questione o que é exibido a partir da perspectiva de quem é representado nela.

Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da participação de jornalistas pretos(a) e pardos(a) no *Jornal Nacional*, que este ano completa 49 anos. Percebeu-se que não há um posicionamento significativo da Rede Globo em se posicionar como emissora antirracista ao dar mais espaço para jornalistas e repórteres pretos e pardos. Ficou bem sintomático, no caso de 2010, a trágica realidade do Haiti, de uma população devastada, em que personagens predominantemente pretos eram retratados da forma mais vulnerável possível, retratados por uma equipe de jornalistas com alta sofisticação técnica de produção, basicamente de jornalistas brancos bem-vestidos, que estavam distantes daquela realidade social.

Quanto aos dados, evidencia uma situação preocupante que deve ser discutida nos cursos de Jornalismo. O telejornal de maior audiência do país, ao longo de 10 anos, num universo de 50 jornalistas, tem apenas uma jornalista preta, que aparece ainda de forma circunstancial, por ser uma cobertura de emissora afiliada. Isso é uma evidência clara do racismo estrutural. Na rede nacional da Globo, não apareceram jornalistas pretos. Ademais, há a concentração regional, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, no caso do Brasil. De 50 jornalistas, 40 estão concentrados nestas regiões e apenas 4 fora deste eixo (dois casos por conta da pandemia da Covid-19 – foram acionados em Manaus e em Belém e um caso em Belo Horizonte). No caso dos correspondentes, concentram-se nos Estados Unidos e na Europa. O que impressiona é que, ao longo de 10 anos, apesar de se falar em muitas mudanças no telejornalismo da Globo, o quadro de jornalistas é praticamente o mesmo – o Padrão Globo de Qualidade, a hegemonia branca, heteronormativa e regionalmente concentrado no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília ou quando no exterior nos Estados Unidos e em países europeus (Inglaterra, Suíça).

Essa sub-representação dos pretos legitima a cresça de uma minoria demográfica e a realidade de um racismo constitucional praticado pela sociedade e compactuado pelos meios de comunicação. No caso do *Jornal Hoje*, que não foi objeto deste artigo, identifica-

se a presença da apresentadora Maria Júlia Coutinho, que eventualmente também apresenta o *Jornal Nacional* e até o *Fantástico*, com a ideia de *token* sugerindo uma certa ideia de diversidade, mas que oculta uma face de preconceito e falta de diversidade, tendo em vista que nos espaços tanto jornalísticos quanto de entretenimento da Globo os pretos estão ausentes ou ocupando espaços menores. No caso dos apresentadores e repórteres, verificamos que dos 50 jornalistas que apareceram apenas uma era preta e, mesmo assim em apenas uma edição numa emissora do Sul numa cobertura que é atípica numa cobertura de afiliada. Não se trata de um repórter que pertence à cadeia nacional de telejornalismo.

Referências

- ACEVEDO, Cláudia; TRINDADE, Luiz Valério. Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro. v. 11, n. 22, 2011.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.
- COSTA, Kátia. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In: BORGES, R.; BORGES, R. (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.
- KING, Martin Luther Jr. **Why We Can't Wait**. Nova York: New American Library Harper & Row, 1964
- HOGG, M. A.; VAUGHAN, G. M. **Social psychology**: Londres: Prentice Hall, 2008.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- MARTINS, Zilda. **Ações afirmativas e cotas na mídia: a construção de fronteiras simbólicas**. Rio de Janeiro, 2011, Dissertação (Mestrado em Comunicação Social/Jornalismo). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, L. A. de; FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no *Jornal Nacional*. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 59-86, ago.2018/nov. 2018.
- OLIVEIRA, L.A.; FERNANDES, C.M.; QUADROS, A.R. A 'Revanche' e 'Os Perversos': como Eliane Brum aborda Jair Bolsonaro na sua eleição e nos seus 100 primeiros dias de governo. **Anuario Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, v. 14, p. 1-1, 2021
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SANTOS, L. C. dos. Um Padrão Globo de Qualidade. BRITTOS, V.C. (Org.) **Economia Política da Comunicação**. Convergência tecnológica e inclusão digital. Rio de Janeiro: Editora Maud,

PORTAL, Sara. A cor da mídia televisiva: A (in) visibilidade da jornalista negra na televisão paraense. In: **Anais do XVIII Intercom**, Goiânia, 2016.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2015.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.